



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007488-52.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**
 Requerente: **ALEX LEMES COUTINHO**
 Requerido: **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

ALEX LEMES COUTINHO move ação de cobrança securitária contra **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS e SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**. Alega que em 15/11/2013 ocorreu acidente de trânsito no qual sofreu lesões graves e, por consequência, invalidez permanente devido à debilidade da face. Pleiteia indenização no valor de R\$ 13.500,00.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 09/17.

Gratuidade Concedida (fl. 18).

A ré, devidamente citada (fl. 23), e a Seguradora Líder, apresentaram resposta na forma de contestação. Preliminarmente, sustentaram a ilegitimidade passiva, carência da ação e a falta do exame do corpo de delito e boletim de ocorrência. No mérito, argumentaram que a invalidez deve ser atestada por perito competente e que não houve comprovação do nexo causal. Também impugnaram a forma de cálculo. Pediram a improcedência.

Sobreveio Réplica (fls. 83/93).

À fl. 94 foram mantidas as duas rés no polo passivo, assim como foi afastada a preliminar de ausência de exame.

Prontuário médico da Santa Casa às fls. 116/166.

Laudo Pericial juntado (fls. 181/185).

Manifestação das partes às fls. 189/191 e 192/200.

É O RELATÓRIO.
FUNDAMENTO E DECIDO.

O feito prescinde de dilação probatória ou diligências, estando apto a julgamento, consoante artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

As preliminares de ilegitimidade passiva e ausência de exame do IML já foram decididas (fl. 94), estando, portanto, superadas.

As demais preliminares se confundem com o mérito e com ele serão analisadas.

Pois bem.

Incontrovertida a ocorrência do acidente, assim como que o autor sofreu lesões.

Observa-se que o sinistro ocorreu em 15/11/2013. Nessa época, vigorava a Lei nº 6.194/74, com as alterações propostas pela Medida Provisória nº 451/08 e, posteriormente, convertida na Lei nº 11.945/09, que fixa o montante indenizatório em até R\$ 13.500,00 para o caso de invalidez permanente.

Referida lei disciplina a graduação das lesões sofridas para o pagamento do seguro DPVAT devendo ser aplicada aos eventos ocorridos em data posterior à sua respectiva entrada em vigor, como ocorreu no caso em tela.

Como dito, a indenização é devida para os casos de invalidez permanente, seja total ou parcial. No presente caso, restou caracterizado que não houve invalidez, conforme laudo do *expert* às fls. 181/185.

As impugnações ao laudo, apresentadas pelo autor, restaram isoladas. Diferente do que se alega, não vieram documentos ou outros exames capazes de superar o laudo, tampouco afirmações que demonstrassem sua inexatidão. Eventuais sequelas não são suficientes para ensejar a indenização, desde que não ocasionem a invalidez.

Diante do exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido inicial e extingo o feito com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil.

Condeno o requerente ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa.

P.R.I.

São Carlos, 23 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**